



## **FÓRUM DE LÍDERES**

Sociedades de advogados, academia e empresas de tecnologia para advocacia escrevem sobre as suas perspectivas para o mercado em 2022, antecipando um virar de página, aumento da procura e desafios de concorrência e inovação.

ciedades nas suas dinâmicas tecnológicas. É o caso do Lupl, que acaba de ficar totalmente operacional, e que já está a revolucionar a relação entre as sociedades e os clientes. Trata-se de uma ferramenta desenhada para o trabalho jurídico “colaborativo”, e que foi incubada por um trio de sociedades de advogados internacionais: a CMS, a Cooley e a Rajah & Tann Asia.



**João Miranda de Sousa**

Sócio diretor

de Garrigues em Portugal

Esperamos que 2022 seja um ano de consolidação da recuperação pós-pandémica em todos os aspectos (social, económico, empresarial, etc.). Este contexto de recuperação, que já vivemos há alguns meses, está a revelar-se complexo e muito intenso, o que tornou as necessidades de apoio jurídico dos nossos clientes ainda mais intensas do que antes. Os clientes exigem respostas mais rápidas aos seus problemas, certeza na tomada de decisões e aviso proactivo para potenciais obstáculos que possam surgir ao longo do caminho. A principal tendência no sector jurídico nos próximos tempos será a digitalização através da adopção de tecnologias tais como as “Soluções de Gestão Jurídica Empresarial” (ou Enterprise Legal Management solutions- ELM), transformando totalmente tanto a forma como trabalhamos internamente como a maneira como nos relacionamos com os nossos clientes. Em termos empresariais, é um facto que a pandemia acelerou a transformação digital em todos os aspectos da vida empresarial e social, e consequentemente a tecnologia desempenha agora um papel muito maior na economia, porém também nos tornou mais dependentes dela. Áreas ligadas à ciber-segurança, protecção de dados, comércio em linha e desenvolvimento de aplicações tecnológicas em geral, muitas vezes levadas a cabo por start-ups, serão indubita-

velmente destinatários claros do investimento, intensificando uma tendência que Portugal já tem vindo a experimentar nos últimos anos.

A recuperação pós-pandémica está também a expor a sensibilidade das cadeias de abastecimento e do sector energético a fortes tensões de procura. Sectores como a logística e as energias renováveis, dado o claro compromisso dos governos ocidentais com a energia limpa, devem também apresentar oportunidades interessantes para o desenvolvimento e o investimento. Tudo isto sem esquecer o impacto que o Plano de Recuperação e Resiliência terá indubitavelmente nos agentes económicos portugueses, orientando muitas decisões empresariais futuras.



**João Valadas Coriel**

Managing Partner

da Valadas Coriel & Associados

2022 incertezas e esperanças

Por esta altura do ano as sociedades de advogados que se souberam adaptar à realidade económica e ao bloqueamento da administração do Estado em virtude da pandemia já saberão que os seus resultados se mantiveram ou melhoraram em relação a 2020.

2022 vai começar com novos desafios;

O facto de não haver orçamento até meio do ano vai impedir o Estado de lançar novos impostos e mais legislação avulsa mal engendrada como acontece sempre a seguir às centenas de reivindicações atendidas em sede de discussão na especialidade. A sovietização da lei laboral provavelmente será esquecida e haverá menos novo emprego abortado.

A quinta vaga do Covid começa mal, com manifesta incapacidade para reforçar a vacinação da população. Em consequência disto haverá provavelmente teletrabalho na administração pública o que significa que se vão esperar semanas para constituir uma empresa, meses para conseguir um despacho de uma Câmara

ou um registo mais complicado ou um mero cartão de cidadão ou passaporte e provavelmente ficaremos sem Justiça mais uns meses.

Estes custos e estas incertezas de contexto, que já afastaram muitos investidores em 2020 e 2021 terão consequências imprevisíveis sobre o “deal flow”, mas o dinheiro está onde deve estar e senão vai a caminho. E a nossa atratividade desvanece-se.

Se não reincidirmos na estupidez de um lockdown total, sente-se por outro lado, muita vontade de realizar por parte dos empresários e muita curiosidade por parte de gente de todas as paragens. O Mundo está cheio de dinheiro sem destino, o chamado “snow powder”, Portugal está cosmopolita e os políticos ainda não arranjam forma de estragar os dias de sol e os invernos suaves.

As empresas adaptaram-se. A flexibilidade de horários veio para ficar por mero consenso entre patrões e empregados sem necessidade de concertação social e portarias. A transição digital está a acelerar. Pena que ao contrário do Portugal 20/20 não haja notícia de qualquer programa significativo de apoio à internacionalização e modernização das empresas.

Temos esperança de que os actos notariais à distância sejam finalmente aprovados, que os funcionários dos tribunais aprendam a trabalhar com o Webex, que os contratos e documentos importantes possam ser todos assinados digitalmente e que as certidões de óbito passem a valer mais que seis meses uma vez que não tem havido um pico de ressurreições.

De uma forma ou de outra, bem ou mal governados, vaticino que a advocacia que se organizou vai ter um incremento importante de actividade, provavelmente na casa dos dois dígitos.